



Previsor de Marés (1994/0356), acervo MAST (Foto: Jaime Acioli, 2010).

OBJETO, INFORMAÇÃO E MATERIALIDADE: ESBOÇO DE UMA PESQUISA EM CURSO

Maria Lucia de Niemeyer Matheus Loureiro*

1. Introdução

O Capítulo que se segue sintetiza algumas das principais questões do projeto de pesquisa intitulado “Musealização como Processo Informacional”, em desenvolvimento desde 2011 no Museu de Astronomia e Ciências Afins - Mast, no âmbito da Coordenação de Museologia. O projeto busca contribuir para as reflexões sobre processos de musealização a partir de uma perspectiva informacional e com ênfase nos domínios da Ciência e Tecnologia.

A pesquisa vem sendo desenvolvida principalmente por meio de estudos de caso e as reflexões resultantes enfatizam a dimensão informacional dos processos de musealização e, por conseguinte, a noção de documento. Confrontando abordagens aos conceitos de objeto musealizado e de documento, a pesquisa se apoia em autores oriundos de diferentes áreas, entre as quais Museologia e Ciência da Informação, além de estudos de cultura material.

Os estudos de cultura material abordam o mundo das coisas materiais como uma das forças que constituem a sociedade e desempenham um papel mnemônico que não se limita a aspectos puramente simbólicos. Em outras palavras, objetos não são meros elementos do mundo, subordinados exclusivamente à experiência e interpretação do sujeito pensante (JONES, 2007, p. 6). Para Christopher Tilley, a cultura material é um meio de comunicação e estruturação envolvido na prática social, passível de ser usado para transformar, armazenar e preservar informação social. Pode ser abordada como “uma espécie

* Museóloga pelo Museu Histórico Nacional, Mestre e Doutora em Ciência da Informação pelo IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia / UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tem experiência nas áreas de Museologia e Ciência da Informação. Atua no Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST/MCTI, onde desenvolve pesquisas relacionadas a processos de musealização e é docente permanente do Mestrado Profissional em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia.

de texto, uma forma silenciosa de escrita e discurso; literalmente um canal para expressão de práticas reificadas e objetificadas” (TILEY, 1994, p. 70).

Tais estudos servem para balizar a pesquisa e sinalizar que, quando abordamos musealização como processo informacional e objetos musealizados como documentos, não estamos aderindo à ideia bastante difundida de que museu é exclusivamente sobre informação e que o objeto é uma pequena parte, nem sempre essencial, dessa “cultura informacional” (DUDLEY, 2010, p. 3)¹. A abordagem que propomos parte de uma perspectiva material e concreta da informação. No objeto visto e tratado como documento, suporte e informação são inseparáveis: sua materialidade essencial não permite simples operações de “extração” de informação e transferência para outras mídias, tal como ocorre com a reprodução de documentos escritos por diferentes meios. O registro de um objeto gera sempre e inevitavelmente um documento de outra ordem, que não o substitui e tem propósitos operacionais.

A musealização é abordada, ainda, como estratégia de preservação. Embora admitindo o caráter seletivo das práticas de salvaguarda, que eliminam no mesmo movimento partes do passado que se propõem a preservar, Tilley (2006, p. 24) observa que o esquecimento do passado é um processo inevitável a menos que traços materiais tenham sido preservados. É a partir dessa perspectiva que buscamos contribuir para as reflexões sobre processos de musealização - tema que, embora não seja novo, apresenta ainda trilhas inexploradas.

2. O Objeto Musealizado: limites e estratégias

Introduzido na Museologia por Stransky (cf. BARAÇAL, 2008), o termo musealização designa, segundo Desvallées e Mairesse (2010, p. 48), “a operação destinada a extrair, física e conceitualmente, uma coisa de seu meio natural ou cultural de origem e a lhe dar um estatuto museal, transformá-lo em musealium ou museália”.

Por meio de estudos de caso, a pesquisa vem buscando explorar a extensão do conceito de objeto musealizado e as diferentes estratégias de musealização. Esta, por sua vez, deve ser compreendida como:

¹ Ver considerações finais.

... um conjunto de processos seletivos de caráter informacional baseados na agregação de valores a coisas de diferentes naturezas às quais é atribuída a função de documento, e que por esse motivo tornam-se objeto de preservação e divulgação. Tais processos, que têm no museu seu caso privilegiado, exprimem na prática a crença na possibilidade de constituição de uma síntese a partir da seleção, ordenação e classificação de elementos que, reunidos em um sistema coerente, representarão uma realidade necessariamente maior e mais complexa (LOUREIRO, 2012a, 2012b).

A seleção de casos para estudo levou em consideração a extensão do conceito de objeto musealizado². Como assinala Samuel Alberti (2005, p. 561), a noção de objeto de museu compreende virtualmente elementos de diferentes naturezas, oriundos de diferentes domínios: ele pode ser “artificial ou natural, morto ou vivo, humano ou animal, orgânico ou inorgânico, único ou representativo”. A extensão do conceito é bem exemplificada pela definição de cultura material formulada por James Deetz:

Cultura material é usualmente considerada, grosso modo, como sinônimo de artefato, o vasto universo de objetos usados pela espécie humana para enfrentar o mundo físico, facilitar as relações sociais e beneficiar nosso estado mental. Uma definição um pouco mais ampla, útil para enfatizar quão profundamente nosso mundo é produto de nossos pensamentos, é: aquele setor de nosso ambiente físico que modificamos por meio de comportamento culturalmente determinado. Essa definição inclui todo e qualquer artefato, do mais simples, como um alfinete ordinário, ao mais complexo, como um veículo espacial interplanetário (DEETZ, 1996, p. 35, tradução nossa).

A seleção de casos para análise considerou não apenas aspectos genéricos dos objetos, mas, igualmente, seu caráter individual. Ingetraut Dahlberg distingue, em sua “Teoria do Conceito”, os objetos gerais e individuais:

Toda vez que o objeto é pensado como único, distinto dos demais, constituindo uma unidade inconfundível (coisas, fenômenos, processos, acontecimentos, atributos, etc.) pode-se falar de *objetos individuais*. Pode-se dizer que o que caracteriza os objetos individuais é a presença das formas do

² A extensão de um conceito consiste na totalidade dos objetos que compreende (cf. FERRATER MORA, 2004).

tempo e espaço. Os objetos individuais estão aqui e agora. [...] Não sabemos, ou não temos experiência de como possam existir seres individuais fora do tempo e do espaço. Podemos dizer, utilizando a linguagem kantiana, que nossa experiência é toda condicionada pelas formas do tempo e do espaço ou que tempo e espaço são condições “a priori” da nossa sensibilidade (DAHLBERG, 1978, p. 101-102).

Essa distinção é significativa uma vez que objetos são simultaneamente genéricos e específicos. Do ponto de vista genérico, são representativos de um universo mais amplo, constituído por um conjunto indeterminado de objetos presentes ou ausentes. Nessa medida, um exemplar de pau-brasil preservado em um jardim botânico remete, em sua materialidade, a uma abstração: a espécie *Caesalpinia echinata*, que engloba todos os exemplares que existem ou já existiram da planta em qualquer lugar do mundo. O mesmo vale para espécimes de pássaros vivos ou taxidermizados em zoológicos ou museus de história natural; para lunetas, cronômetros ou teodolitos em museus de ciência e tecnologia. Só temos acesso, entretanto, aos objetos individuais (o espécime, o exemplar): os objetos gerais (a espécie, o gênero, a família, a classe) são construções mentais. É primeiramente em sua especificidade que se pode dirigir aos objetos musealizados.

Esta constatação lógica determinou a opção pelos estudos de caso. A escolha metodológica deveu-se ao caráter subjetivo do objeto de estudo, impregnado de valores humanos, e pela necessidade de analisar um fenômeno que é, essencialmente, inseparável de seu contexto. Os casos analisados não têm como objetivo único ilustrar de modo descritivo questões teóricas previamente desenvolvidas, mas sim alimentar a análise e a reflexão teórica, levantar questões e formular proposições a serem discutidas e aprofundadas. A seleção dos casos buscou explorar a extensão do conceito de objeto musealizado, utilizando como pano de fundo a já mencionada referência a Samuel Alberti³. Entre outros, já foram realizados estudos sobre um previsor de marés (cf. SANTOS; LOUREIRO, 2012) e um cronômetro de Marinha, ambos pertencentes ao MAST, um chimpanzé que nasceu e viveu no Zoo do Rio (o popular Macaco Tião) e hoje tem seu esqueleto preservado no Centro de

³ O objeto de museu pode ser “artificial ou natural, morto ou vivo, humano ou animal, orgânico ou inorgânico, único ou representativo” (ALBERTI, 2005, p. 561-562).

Primatologia do Rio de Janeiro - CPRJ⁴, a *Palma Folia*, exemplar de palmeira pertencente às coleções vivas do Jardim Botânico do Rio de Janeiro (cf. LOUREIRO *et al.*, 2013), um celóstato (cf. LOUREIRO, ALMEIDA, 2013; LOUREIRO *et al.*, 2014), além de espaços, como o sítio arqueológico “Itacoatiaras do Ingá” (Paraíba) (cf. LOUREIRO *et al.*, 2012) e a “Pedra do Sal”, na região portuária do Rio de Janeiro (cf. LOUREIRO, 2014).

Os casos analisados contemplam, também, diferentes estratégias de musealização / preservação. Peter Van Mensch (1992) enumera diferentes possibilidades de musealização, das quais destacamos:

- in situ : o objeto é preservado em seu espaço/contexto original;
- ex situ : o objeto é separado de seu espaço/contexto original;
- funcional: o objeto mantém as funções originais, de forma sustentável;
- não-funcional: o objeto não mantém as funções originais.

Além das estratégias enumeradas acima, Mensch menciona ainda a possibilidade de “*preservação indireta*”, por documentação, que não será abordada neste texto por não contemplar seus objetivos. O autor estabelece, ainda, uma crítica à preservação *ex situ* não funcional, que qualifica como “morta”, uma vez que, com a completa perda da função original, a conservação restringir-se-ia às propriedades físicas. Ainda que discorde dessa posição, não é possível omiti-la sem distorcer o sentido do texto.

É possível, entretanto, confrontar algumas das críticas à preservação não funcional *ex situ* com as idéias de “*centro de cálculo*” e de “*produção de informações*”, em que Bruno Latour ressalta o importante papel da formação de coleções para o empreendimento científico. A abordagem enfatiza a informação - definida como aquilo que “os membros de uma expedição devem levar, na volta, para que um centro possa fazer uma ideia de outro lugar” (2000, p. 23). Não se trata de “*uma forma, no sentido platônico do termo*”, mas sim de uma relação (de caráter prático e material) entre dois lugares que se estabelecem como centro e periferia, e que permite ao primeiro uma ação à distância em relação ao segundo. Nas palavras do autor:

⁴ Localizado no Município de Guapimirim (RJ), o CPRJ tem como missão a conservação da fauna primatológica e realiza estudos, manutenção e reprodução das espécies de primatas da Mata Atlântica, em regime de cativeiro.

A produção de informações permite, pois, resolver de modo prático, por operações de seleção, extração, redução, a contradição entre a presença num lugar e a ausência desse lugar. Impossível compreendê-la sem se interessar pelas instituições que permitem o estabelecimento dessas relações de dominação, e sem os veículos materiais que permitem o transporte e o carregamento. O signo não remete de início a outros signos, e sim a um trabalho de produção tão concreto, tão material quanto a extração de urânio ou de antracito [...] (LATOIR, 2000, p. 24).

Uma das críticas mais recorrentes à musealização *ex situ* é a redução (ou morte, segundo Mensch) que se opera no ato de subtração do contexto original do objeto. Essa questão é abordada por Latour como uma via de mão dupla: o movimento de redução (do ponto de vista do indivíduo, exemplar, espécime) é compensado por outro, de amplificação (da informação, do ponto de vista do conjunto). Esse duplo movimento é ilustrado por uma coleção de pássaros empalhados em um museu de história natural. Vista por esse enfoque, as coleções e, por extensão, os museus, tornam-se elementos indispensáveis ao desenvolvimento da Ornitologia. A morte de cada ave é compensada pelo conhecimento científico que se ganha a partir de uma reunião artificial que possibilita uma visada sinótica e sincrônica:

[...] Em comparação com a situação inicial, em que cada ave vivia livremente em seu ecossistema, que perda considerável, que diminuição! Mas, em comparação com a situação inicial, em que cada ave voava invisível na confusão de uma noite tropical ou de um amanhecer popular, que ganho fantástico, que aumento! O ornitólogo pode então, tranquilamente, em local protegido, comparar os traços característicos de milhares de aves tornadas visíveis pela imobilidade, pela pose, pelo empalhamento. O que vivia disperso em estados singulares do mundo se unifica, se universaliza, sob o olhar preciso do naturalista. Impossível, é claro, compreender este suplemento de precisão, de conhecimento, sem a instituição que abriga todas essas aves empalhadas, que as marca por um fino jogo de escrita e de etiquetas, que as classifica por um sistema retificável de prateleiras, de gavetas, de vitrines, que as preserva e as conserva borrifando-as com inseticida [...] (LATOIR, 2000, p. 25-26).

Ao lançar luz sobre os museus de história natural, com suas coleções de animais taxidermizados, Latour lhes confere grandeza e importância pouco

exploradas pelos estudiosos dos museus: trata-se de instituições imprescindíveis para os estudos taxonômicos, e que permitiram o avanço do conhecimento científico nas áreas de suas coleções. A crítica de Mensch, entretanto, contempla toda a extensão do conceito de objeto musealizado, não se restringindo aos animais e outros seres vivos, exemplificados pela citação de Latour, para quem o qualificativo “morto” pode ser aplicado de forma literal. A acusação é dirigida igualmente à preservação de artefatos criados pelo homem que, privados da função original e afastados de seu contexto espacial, estariam metaforicamente “mortos”: apenas estratégias de preservação funcional / *in situ* seriam capazes de mantê-los “vivos”.

Essa questão é abordada por Martin Heidegger (1992, p. 34) em um estudo dedicado à obra de arte. Para o filósofo, a transferência de uma obra para uma coleção arranca-a de seu espaço essencial, mas evitar esse deslocamento não impede a ruína e a subtração do mundo da obra, que é inevitável e irreversível. Podemos aplicar a mesma lógica aos objetos em geral, cuja musealização implica, indiscutivelmente, em redução. A preservação *in situ*, funcional (ou ambas), entretanto, não são antídotos contra a ruína do contexto espacial e funcional do objeto, irremediavelmente perdido. Nesse sentido, toda estratégia expositiva voltada a contextualizar o objeto é sempre uma pálida referência ao seu contexto original. O ganho obtido com coleções de artefatos, no entanto, é comparável ao do ornitólogo diante de sua coleção de aves. A reunião sinótica e sincrônica de exemplares dispersos no tempo e no espaço permite a estudiosos ver o que de outra forma estaria invisível.

Em relação à preservação funcional *in situ*, considerada, sobretudo, como “viva” (cf. MENSCH, 1992), merece menção especial à crítica dirigida por Jean Baudrillard (1991) ao ecomuseu de *Creusot* - caso emblemático da referida estratégia - citado como exemplo extremo de simulação⁵ por ter “museificado” em seu espaço original...

[...] como testemunhas ‘históricas’ de sua época, bairros operários inteiros, zonas metalúrgicas vivas, uma cultura completa, homens, mulheres, crianças incluídos – gestos,

⁵ Segundo Baudrillard (1991, p. 13-15) a simulação que caracteriza a cultura contemporânea manifesta-se pela substituição do signo pelo real. A simulação, para o autor, opõe-se à representação, e parte do “princípio da equivalência do signo e do real” e do “aniquilamento de toda referência”.

linguagens, costumes incluídos, fossilizados vivos como num instantâneo. O museu, em vez de estar circunscrito como lugar geométrico, está, agora, em toda a parte, como uma dimensão da vida (BAUDRILLARD, 1991, p. 17).

O esquema a seguir baseia-se na já mencionada distinção estabelecida por Mensch entre estratégias de preservação (*ex situ* - *in situ* / funcional - não funcional). O Quadro 1, a seguir, tem fins meramente didáticos e serve para demonstrar de forma sinótica as inúmeras possibilidades de musealização e também a representatividade dos estudos de caso que vêm sendo desenvolvidos ao longo da pesquisa. Algumas ressalvas podem ser feitas à posição ocupada na tabela pelo cronômetro de Marinha e ao Previsor de Marés, do acervo do Mast - citados como exemplos de musealização / preservação não funcional *in situ*. Pode-se argumentar que os objetos passaram a integrar uma coleção museológica e que a formação de coleções é por excelência a estratégia clássica de musealização, baseada na preservação *ex situ*. Trata-se de um argumento válido e passível de ser explorado em outro texto. Em ambos os casos, entretanto, levamos em conta que, embora tenham sido “demitidos” de suas funções originais, os objetos não foram afastados de seu contexto espacial - já que o Mast, detentor da guarda do acervo do Observatório Nacional, ocupa sua antiga sede.

Quadro 1 - Estratégias de musealização.

Musealização <i>in situ</i>		Musealização <i>ex situ</i>	
Funcional	não funcional	funcional	não funcional
Pedra do Sal	Sítio Arqueológico Itacoatiaras do Ingá Cronômetro de Marinha Previsor de marés	Macaco Tião (no Rio Zoo) <i>Palma Filia</i>	Esqueleto do Macaco Tião

Cabe ressaltar ainda que as estratégias acima são passíveis de combinação, ou seja, não são excludentes. O “Macaco Tião”, por exemplo, ocupa duas colunas diferentes, cada uma das quais corresponde a uma fase de sua “biografia” como objeto musealizado. A primeira corresponde à sua vida no

Zoológico e a segunda à fase atual, em que seu esqueleto é exposto e preservado para estudos sobre Primatologia. A rica “biografia” do “objeto” foi um dos elementos que determinaram sua seleção: o espécime presta-se de modo exemplar à abordagem biográfica, que será examinada a seguir.

A utilização da abordagem biográfica, proposta por Igor Kopytoff em um estudo sobre mercadorias, foi preconizada por autores como Mensch (1992) e Samuel Alberti (2005), e adotada por este último. Para Kopytoff (2008, p. 92-93), é proveitoso dirigir às coisas o mesmo tipo de perguntas que fazemos às pessoas, quando queremos traçar suas biografias: de onde vem? Quem a fabricou? Quais suas fases mais significativas? Para que foi usada e o que ocorreu quando sua vida útil chegou ao fim? A abordagem permitiria evidenciar aspectos inesperados de sua trajetória.

O objeto é, segundo Mensch (1992), suporte de dados⁶ e fonte ilimitada de informações, que podem ser intrínsecas - deduzidas do próprio objeto - ou extrínsecas - transmitidas por tradição ou por fontes documentais externas a ele. Para o autor, informações do tipo “onde, quando e como o objeto foi feito, por quem, para quem, por que”, além das sucessivas mudanças de propriedade, condição e função” seriam contempladas pela abordagem biográfica proposta por Kopytoff.

Alberti (2005), por sua vez, propõe-se a narrar a história dos museus - particularmente os de história natural e anatomia humana - através das biografias de objetos de seus acervos. Sua abordagem visa resgatar a trajetória desses objetos, examinados a partir de diferentes fases:

Eu estruturo a pesquisa de acordo com três fases na vida de um objeto de museu. Em primeiro lugar, considero a mecânica do movimento de objetos desde sua fabricação ou desenvolvimento através da coleta e intercâmbio para o museu, juntamente com as respectivas mudanças de significado e status. Eu, então, considero o uso do item uma vez que ele é agregado à coleção, seja classificatório, analítico, ou expositivo. Na seção final, eu considero o papel do objeto na experiência dos visitantes do museu e a natureza da relação entre o objeto e seu espectador. É claro que a categoria de "objeto de museu" é ampla e flexível. (ALBERTI, 2005, p. 561, tradução nossa)

⁶ “The object as data carrier”.

A terceira fase, que considera a experiência com o espectador, implica no reconhecimento de que “os sentidos de um objeto variam não apenas no tempo e espaço, mas também de acordo com quem o percebe” (ALBERTI, 2005, p. 568).

Uma das biografias narradas pelo autor é a de Zarafa, a primeira girafa vista em território francês. A trajetória do animal - oferecido como presente pelo vice-rei otomano do Egito ao então monarca francês - inclui uma longa jornada no ano de 1827, em que atravessa o Rio Nilo, o Mar Mediterrâneo e parte do território francês, do Porto de Marselha até o Zoológico do *Jardin des Plantes*, em Paris, na companhia do naturalista Saint-Hilaire. Após sua morte, em 1845, Zarafa é taxidermizada e exposta no Museu de História Natural de Paris. Posteriormente, é enviada ao Museu Lafaille, em La Rochele, onde permanece até os dias de hoje⁷ (ALBERTI, 2005, p. 563).

O que motivou um empreendimento tão difícil e dispendioso como o transporte de uma girafa por dois continentes? O que determinou a preservação do animal por quase dois séculos? A resposta talvez seja sua importância como documento. Como observa Ivo Maroevic, o “valor documentário” do objeto se expressa em um “eixo temporal”: ao longo de sua existência, ele “acumula os traços do tempo e eventos em sua estrutura material e formal” (2004, p. 25) e simultaneamente, os preserva para o futuro.

3. Objeto, Informação, Documento

Em um influente artigo publicado em 1991, Michael Buckland ressalta a ambiguidade do termo informação - compreendido e utilizado como processo, conhecimento ou coisa. Informação como processo refere-se ao ato de informar e às mudanças provocadas naquele que é informado. Compreendido como conhecimento, o termo informação é também usado para denotar aquilo que é apreendido ou percebido nesse processo. Informação-como-coisa, por fim, refere-se ao uso do termo para nomear objetos informativos, como dados e documentos. A “*informação-como-conhecimento*” caracteriza-se, entre outros aspectos, por seu caráter intangível. Para comunicá-la, entretanto, precisa ser

⁷ A já mencionada trajetória do Macaco Tião apresenta semelhanças óbvias com a abordagem apresentada acima, que lhe serviu de inspiração. Tal como a girafa biografada por Alberti, Tião sobrevive hoje como objeto de estudo em uma coleção.

expressa, descrita ou representada em forma física, gerando o que o autor chama “*informação-como-coisa*”. Neste texto, informação deve ser entendida no sentido material e tangível atribuído pelo autor (BUCKLAND, 1991, p. 351).

Para a acepção ampliada de “documento” contribuíram teóricos de diferentes campos, entre os quais História e Documentação. Rodrigo Rabello observa que a produção de documentos escritos, ou seja, o “ato de narrar um acontecimento e registrá-lo por escrito num suporte” moldou e restringiu a compreensão do conceito de documentos por um longo período. A “ampliação conceitual do documento à luz do universo interpretativo da cultura material”, segundo o autor, deve-se em grande parte à contribuição da Escola dos Annales, em particular Marc Bloch e Lucien Febvre, que criticaram o uso exclusivo de fontes escritas para a escrita da História e a concepção ingênua do documento (RABELLO, 2011, p. 134-135).

O historiador de Lucien Febvre ressalta que, na falta de documentos escritos, a História deveria ser feita:

[...] com tudo o que o engenho do historiador pode permitir-lhe utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais. Portanto, com palavras. Com signos. Com paisagens e telhas. Com formas de cultivo e ervas daninhas. Com eclipses da lua e cangas de bois. Com exames de pedras por geólogos e análises de espadas de metal por químicos. Numa palavra, com tudo aquilo que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, depende do homem, significa a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem (FEBVRE, 1989, p. 249).

Marc Bloch (2002, p. 76-77), por sua vez, divide os documentos em duas grandes classes: os testemunhos voluntários e os involuntários. Os primeiros foram “colocados pelo passado à disposição dos historiadores”. Os “relatos deliberadamente destinados à informação dos leitores” são em geral os únicos a “fornecer um enquadramento cronológico, razoavelmente seguido”. Os “testemunhos à revelia”, entretanto, seriam mais confiáveis. Não por serem mais “isentos de erro ou de mentira”, mas porque:

[...] a deformação aqui, a supor que exista, pelo menos não foi concebida especialmente em intenção de posteridade. Acima de tudo, esses indícios que, sem premeditação, o passado deixa cair ao longo de sua estrada não apenas nos permitem suplementar esses relatos, quando estes apresentam

lacunas, ou controlá-los, caso sua veracidade seja suspeita; eles afastam de nossos estudos um perigo mais mortal do que a ignorância ou a inexatidão: o de uma irremediável esclerose. [...] (BLOCH, 2002, p. 77).

Como disciplina acadêmica, a Documentação “começou a ganhar contornos no início do movimento bibliográfico, no final do século XIX” e se solidificou com a publicação do “*Traité de Documentation*”, em 1934, por seu principal personagem, Paul Otlet. É no âmbito da Documentação que o documento “transcendeu a noção de documento bibliográfico”. Rabelo distingue dois momentos na Documentação: a “fase positivista”, que teria Otlet como principal expoente e representa um primeiro movimento de ampliação do conceito de documento com a inclusão de objetos dotados de conteúdo informacional. A “fase hermenêutica”, inaugurada por Suzanne Briet na década de 1950, representa mais um passo rumo à ampliação do conceito de documento (RABELLO, 2011, p. 139-141).

Niels W. Lund (2009, p. 1,5) adota a expressão “Teoria Profissional do Documento”, ressaltando que o desenvolvimento do conceito de documento ocorreu em paralelo a demandas das comunidades profissionais e acadêmicas. Os empreendimentos de Paul Otlet⁸ teriam sido motivados por razões práticas: buscavam fornecer “ferramentas úteis para estudiosos”. Para o autor, Otlet foi um “profissional reflexivo” e não exatamente um teórico. Para atingir seu ideal - a criação de uma “máquina para explorar tempo e espaço” - sentiu a necessidade de redefinir e ampliar o termo documento. Sua teoria do documento seria voltada “para bibliotecas, não para a vida social em geral”. Embora seu principal interesse fossem os escritos, Otlet era em princípio aberto a todos os tipos de documentos, ultrapassando o “universo gráfico e o modelo biblioteca” para criar um único modelo ampliado de documento (LUND, 2009, p. 5-6).

Em seu Tratado, Otlet distingue o documento escrito ou gráfico e as coisas materiais: o primeiro é compreendido como “a representação das coisas materiais ou imagens intelectuais e abstratas das coisas”. Quanto às próprias

⁸ Otlet dedicou sua vida a empreendimentos como o Instituto Internacional de Bibliografia Sociológica - criado em 1893 e expandido dois anos mais tarde, dando lugar ao Escritório Internacional de Bibliografia. No âmbito dessa organização, fundada em parceria com La Fontaine, criou o Repertório Bibliográfico Universal e reelaborou a Classificação Decimal de Dewey, dando origem à Classificação Decimal Universal (CDU) (RAYWARD, 1975; LUND, 2009).

coisas, podem ser vistas como documentos se abordadas como “elementos sensíveis diretos para estudos ou como provas de uma demonstração” (OTLET, 1934, p. 216-217). Para o autor, coleções de objetos reunidos com o objetivo de preservação ou estudo têm caráter “essencialmente documentário” (OTLET, 1990, p. 197).

De acordo com Annelise Riles, o termo documentação teria sido cunhado pelo *American Documentation Institute*, em 1937, ano de sua fundação, “para conotar a junção das novas tecnologias de informação com uma perspectiva filosófica universalista racionalista”. Citando Ronald Day, a autora ressalta que o projeto de Otlet foi criticado por marxistas como Walter Benjamin, que condenou a “fetichização da tecnologia capitalista no coração do projeto da documentação” e fenomenologistas como Heidegger, que atacou suas “pretensões universalistas” (RILES, 2006, p. 5-6, tradução nossa).

Assim como Otlet, Briet visava também resolver problemas práticos e aperfeiçoar procedimentos documentais, mas tinha consciência da importância de “teorizar o campo e formular princípios”, razão pela qual teria publicado seu livro “*Qu'est-ce que La Documentation?*”, em 1951. Sua teoria, na qual bibliotecas são “centros proativos de documentação”, difere da de Otlet por “favorecer um modelo descentralizado de documentação” (LUND, 2009, p. 10).

Briet também vai mais longe que Otlet em sua definição de documento, que inclui qualquer forma de evidência física: “todo indício concreto ou simbólico, conservado ou registrado com os fins de representar, reconstituir ou provar um fenômeno físico ou intelectual” (OTLET, 1951, p. 7). A definição é complementada pelas questões a seguir:

Uma estrela é um documento? Um seixo levado pela torrente é um documento? Um animal vivo é um documento? Não. Mas são documentos as fotografias e os catálogos de estrelas, as pedras em um museu de mineralogia, os animais catalogados e expostos em um Zôo (BRIET, 1951, p. 7).

Buckland (1991) ressalta a importância das reflexões de Briet, sublinhando que “considerar qualquer coisa informativa como documento é um argumento consistente com as origens e uso original da palavra, derivada do latim *docere*, ensinar ou informar”. A etimologia da palavra documento é também alvo de reflexão do pensador francês Paul Ricoeur:

Na noção de documento, hoje, não se dá ênfase à função de ensinamento, que a etimologia da palavra sublinha (embora do ensinamento – *enseignement* – à informação – *renseignement* – a transição não seja difícil), mas sim à de apoio, de garantia, trazida a uma história, uma narrativa, um debate. Esse papel de garantia constitui a prova material, o que em inglês é chamado de “*evidence*”, da relação que é feita de uma sequência de acontecimentos. Se a história é uma narrativa verdadeira e os documentos constituem seu último meio de prova, esta alimenta a pretensão que a história tem de se basear em fatos (RICOEUR, 1997, p. 197-198).

As obras de Otlet e Briet são redescobertas no último quarto do século XX e retomadas por inúmeros autores, entre os quais o francês Jean Meyriat, que propõe uma distinção entre “documento por intenção” e “documento por atribuição” (cf. COUZINET, 2004).

Para Meyriat, documento é “um objeto que dá suporte à informação, serve para comunicar e é durável”. Ressaltando que os escritos não são os únicos objetos capazes de transmitir informação, menciona as coleções de museu, advertindo não ser necessário que os objetos tenham sido reunidos com o objetivo de de informar: “a arqueologia utiliza como documentos objetos que descobre no local da pesquisa, porque eles lhe trazem informação sobre os grupos humanos que os fabricou ou utilizou”. Independente de sua função original, qualquer objeto pode ser tornado documento. A distinção entre documento por intenção e por atribuição é fundamental, porque implica em admitir o primado daquele que, ao buscar informação em um objeto qualquer, faz dele um documento. Emissor e receptor estão autorizados a atribuir sentido a objetos, mas é o último que tem a primazia. O documento é “produto de uma vontade”, a de informar (emissor) ou a de obter informação (receptor), mas a primeira não basta: “é no momento em que busco uma informação em um objeto cuja função original foi prática ou estética (...) que eu faço dele um documento”. Se a vontade de transmitir uma informação não encontra reposta no destinatário, a informação permanece como virtualidade. O objeto não é ainda um documento, mas poderá tornar-se posteriormente, ativado por uma nova questão (MEYRIAT, 1981, p. 51-54).

Essa abordagem é consonante com as reflexões dos historiadores dos *Annales* e sugere que Meyriat pode ter sido influenciado pelas noções de documentos voluntários e involuntários, de Marc Bloch, já mencionadas neste

texto. Este já havia assinalado também a diversidade virtualmente infinita dos testemunhos históricos - “tudo que o homem diz ou escreve, tudo que fabrica, tudo que toca pode e deve informar sobre ele” - e ressaltado que “os textos ou os documentos arqueológicos, mesmo os aparentemente mais claros e mais complacentes, não falam, senão quando sabemos interrogá-los” (BLOCH, 2002, p. 79).

Em sua abordagem à noção de documento, Paul Ricoeur lança luz sobre algumas das questões levantadas ao longo deste texto. Afirma que “qualquer rastro deixado pelo passado se torna um documento para o historiador, desde que ele saiba interrogar seus vestígios e questioná-los”, enfatizando que “os mais preciosos são os que não estavam destinados à nossa informação”, que Marc Bloch denomina “testemunhos contra a vontade”. Para o filósofo, “é documento tudo o que pode informar um pesquisador cuja investigação é orientada por uma escolha razoável de questões” (RICOEUR, 1997, p. 198, grifo nosso).

4. Considerações Finais

Escolhemos fechar este texto com uma volta ao seu início, ou seja, com uma ênfase na materialidade das coisas, dos documentos e da informação. Ao contrário do que tem sido a chave de grande parte das abordagens contemporâneas ao objeto de museu, não queremos ressaltar o caráter imaterial ou intangível da informação da qual são portadores. Mantendo o foco na informação e no documento, enfatizamos uma necessidade de pensar a própria materialidade. Esta, por sua vez, compreende não só os elementos materiais e as técnicas que dão forma a um objeto, mas também elementos externos como molduras, e “todo e qualquer traço da passagem do tempo, especialmente a interação física humana” (DUDLEY, 2010, p. 7).

Ao definir materialidade como “a soma de características físicas, experiência sensorial e significado”, Sandra Dudley dirige a atenção de volta ao objeto, ou, em suas palavras, “a coisa diante de nós”. Não se trata, para a autora, em propor uma “ligeira mudança na terminologia acadêmica”, mas em evidenciar que “as propriedades materiais da coisa em si são essenciais para a forma como nossos sentidos a detectam e, portanto, como formulamos ideias sobre ela” (DUDLEY, 2010, p. 8, tradução nossa). Como ressalta Tilley (1994), a cultura

material está profundamente enraizada na prática social e consiste ainda em uma forma de escrita e objetivação que aponta e ilumina práticas humanas. Nas coisas acionadas como documentos, informação e materialidade se entrelaçam, não há um suporte material passível de ser considerado separadamente ou, nas palavras de Dudley (2010), não há um “pacote objeto-informação” passível de ser “desembrulhado”.

O objeto de museu é uma noção ampla, que se aplica a plantas e animais vivos ou mortos, objetos naturais, seres humanos e artefatos criados por eles (cf. ALBERTI, 2005). Tais artefatos, por sua vez, variam em escala e complexidade, indo de simples alfinetes até veículos espaciais (cf. DEETZ, 1996). O leque de possibilidades de estratégias de musealização é igualmente extenso, e compreende diferentes abordagens que não se opõem, mas se complementam.

Este texto propôs uma abordagem ao objeto como documento, a partir de um enfoque concreto e material. Ressaltamos que, tais como textos, objetos são passíveis de uso documental. O documento é “produto de uma vontade” (cf. MEYRIAT), mas pode ter sido ou não criado para documentar, o que ocorre com alguns escritos e a maior parte dos objetos, como enfatizaram teóricos da História e da Documentação. Febvre (1989) sugere que os historiadores trabalhem com tudo o que seu engenho permitir usar “para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais”. Bloch observa que os “documentos à revelia”, ou seja, “esses indícios que, sem premeditação, o passado deixa cair ao longo de sua estrada” seriam mais confiáveis que os voluntários, deliberadamente deixados para a posteridade. Meyriat (1981), por fim, fala em “documentos por atribuição”, produzidos pela vontade de ser informado. Isso abre caminho para pensar qualquer coisa como documento, desde que abordado e tratado como tal.

Ao abordarmos objetos musealizados como documentos, estamos aderindo a essa visão ampliada de documento e, simultaneamente, afirmando que a musealização é produto de uma vontade de preservar e que tudo é, em princípio, passível de musealização. Se tudo é musealizável, entretanto, nem tudo é efetivamente musealizado, uma vez que processos de musealização são, por definição, seletivos.

Agradecimentos

A autora agradece os apoios recebidos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq para o desenvolvimento das pesquisas, sem os quais teria sido impossível realizar o projeto de pesquisa cujos resultados foram aqui apresentados⁹.

Referências

ALBERTI, Samuel J. M. M.. Objects and the museum. *Isis*, v. 96, p. 559-571, 2005.

BARAÇAL, Anaildo Bernardo. O Objeto da Museologia: a via conceitual aberta por Zbynek Zbylav Stránský. *Dissertação* (Mestrado) Museologia e Patrimônio. Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2008. 124p. Orientador: Prof. Dr. Tereza Cristina Moletta Scheiner.

BAUDRILLARD, Jean. *Simulacros e simulação*. Lisboa: Relógio d'Água, 1991.

BLOCH, March. *Apologia da História - ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

BRIET, Suzanne. *Quest-ce que la documentation?* Paris: Editions Documentaires, Industrielles et Techniques, 1951.

BUCKLAND, Michael. Information as Thing. *Journal of the American Society for Information Science*, v. 42, n. 5, p. 351-360, 1991.

_____. What is a "document"? *Journal of the American Society for Information Science*, v. 48, n. 9, p. 804-809, 1997.

COUZINET, Viviane. Le document: leçon d'histoire, leçon de méthode. *Communication & langages*, n. 140, p. 19-29, 2004. p. 19. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/colan_0336-1500_2004_num_140_1_3264>. Acesso em: 14 jun. 2015.

DAHLBERG, Ingetraut. Teoria do Conceito. *Revista Ciência da Informação*, v. 7, n. 2, p. 101-107, 1978.

DEETZ, James. *In small things forgotten*. An Archaeology of Early American Life. New York: Anchor Books, 1996.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (dir.). *Concepts clés de la*

⁹ O projeto foi apoiado pelo CNPq através do Edital 14/2011 - Universal (fase 1, de 2011 a 2013) e Edital 14/2013 - Universal (fase 2, a partir de 2013).

muséologie. Paris: Armand Colin et ICOM, 2010.

DUDLEY, Sandra H.. Museum materialities - Objects, sense and feeling. In: DUDLEY, Sandra H. (ed.). *Museum materialities - Objects, engagements, interpretations*. London: Routledge, 2010. p. 1-17.

FEBVRE, Lucien. *Combates pela História*. Lisboa: Editorial Presença, 1989. p. 241-259.

FERRATER MORA, José. *Dicionário de Filosofia*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

HEIDEGGER, Martin. *A Origem da Obra de Arte*. Lisboa: Edições 70, 1992. 73p.

JONES, Andrew. *Memory and Material Culture*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

KOPYTOFF, Igor. A Biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. In: APPADURAI, Arjun (Org.). *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói: EDUFF, 2008. p. 89-121.

LATOUR, Bruno. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. In: BARATIN, Marc; JACOB, Christian. *O poder das bibliotecas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000. p. 21-44.

LOUREIRO, Maria Lucia N. M.. A cidade e o quilombo: objeto, patrimônio e documento. *Museologia e Patrimônio*, v.7, n.1, p.207-221, 2014. Disponível em: <<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/342/277>>. Acesso em: 10 out. 2015.

LOUREIRO, Maria Lucia N. M.. Notas sobre a construção do objeto musealizado como documento. *Anais do Museu Histórico Nacional*, v. 44, p. 91-106, 2012. (2012a)

LOUREIRO, Maria Lucia N. M.. Preservação in situ X ex situ: reflexões sobre um falso dilema. In: ASENSIO, Michel; MOREIRA, D.; ASENJO, E.; CASTRO, Y.. (Orgs.). *Criterios y Desarrollos de Musealización*. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid, v. 7, 2012b. p. 155-162.

LOUREIRO, Maria Lucia N. M.; ALMEIDA, Vitor Luis Silva de. Emmanuel Liais and the coelostat: Notes on a forgotten instrument. *eRittenhouse*, v.24, 2013. Disponível em: <http://www.erittenhouse.org/wp-content/uploads/2013/08/LA-Coelostat.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2015.

LOUREIRO, Maria Lucia N. M.; DOMINICI, Tania P.; ALMEIDA, Vitor Luis S.; CASCARDO, Ana Beatriz S.; LIMA, Caroline. R. T.; SIQUEIRA, Karla F. B.. Sobre um celostato e seu espelho: vestígio de uma invenção ignorada. In: Seminário Cultura Material e Patrimônio de C&T, 3, 2014, Rio de Janeiro. GRANATO, Marcus; RANGEL, Marcio F. (Orgs.), *Anais ...* Rio de Janeiro: MAST, 2014. p.74-88. Disponível em:

<http://www.mast.br/anais_iii_seminario_internacional_cultura_material_e_patrimonio_de_ct/anais_2014.html>. Acesso em 14 jun. 2015.

LOUREIRO, Maria Lucia N. M.; SILVA, Flavia Braga Araújo da; VIEIRA, Mariane Aparecida do Nascimento. Cronômetros, Palmeiras e Chimpanzés: o objeto musealizado como 'documento por atribuição' In: GRANATO, Marcus; SCHEINER, Tereza Cristina M.. *Museologia, Patrimônio, Interculturalidade: museus inclusivos, desenvolvimento e diálogo intercultural*. Rio de Janeiro: MAST, 2013, v.2, p. 281-293. Disponível em: <<http://www.youblisher.com/p/771560-Livro-IV-SIAM-2012/>>. Acesso em: 14 jun. 2015.

LUND, Niels W.. Document Theory. *ARIST*, v. 43, n.1, p. 1-55, 2009.

MAROEVIC, Ivo. The museum message: between the document and the information. In: Hooper-Greenhill, E. (Ed.). *Museum, media, message*. London: Routledge, 2004.

MENSCH, Peter Van. *Towards a methodology of museology* (Phd Thesis). University of Zagreb, 1992. Disponível em: <http://www.muuseum.ee/et/erialane_areng/museoloogialane_ki/ingliskeelne_kirjand/p_van_mensch_toward/>. Acesso em: 14 jun. 2015.

MEYRIAT, Jean. Document, documentation, documentologie. *Schéma et Schématisation*, n. 14, p. 51-63, 1981.

OTLET, Paul. The International Organisation of Bibliography and Documentation. In: RAYWARD, W. Boyd (Ed.). *International organisation and dissemination of knowledge: Selected essays of Paul Otlet*. W. B. Rayward. Amsterdam: Elsevier, 1990. p. 173-203.

RABELLO, Rodrigo. A dimensão categórica do documento na Ciência da Informação. *Encontros Bibli*, v. 16, n. 31, p. 131-156, 2011.

RAYWARD, W. Boyd. *The universe of Information. The Work of Paul Otlet for Documentation and International Organization*. Moscou: VINITI, 1975. Disponível em: <<https://www.ideals.illinois.edu/handle/2142/651>>. Acesso em: 14 jun. 2015.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa - Tomo III*. São Paulo: Papirus, 1997.

RILES, Annelise. Introduction. In: RILES, Annelise (Org.). *Documents: Artifacts of Modern Knowledge*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2006. p. 1-38.

SANTOS, Liliane Bispo dos; LOUREIRO, Maria Lucia N. M.. Musealização como estratégia de preservação: Estudo de Caso sobre um previsor de marés. *Museologia e Patrimônio*, v.5, n.1, p.49-67, 2012. Disponível em: <<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/issue/view/13/showToc>>. Acesso em: 14 jun. 2015.

TILLEY, Christopher. Interpreting Material culture. In: PEARCE, Susan (Ed.). *Interpreting objects and collections*. London: Routledge, 1994. p. 67-75.

_____. Introduction: Identity, Place, Landscape and Memory. *Journal of Material Culture*, v. 11, n. 1, p. 7-32, 2006.